

Aedos nº14, v.6, Jan./Jul. 2014

Representações fotográficas das cidades do Vale do Sinos na Primeira RepúblicaAlex Juarez Müller¹**Resumo**

No final do século XIX e início do século XX, na Primeira República, ocorreu uma intensa modernização da área urbana no Brasil que acometeu as grandes capitais e pequenas cidades com o objetivo de alcançar o padrão de civilização do Velho Mundo. Com ênfase na análise das imagens fotográficas produzidas nesse período, a pesquisa aborda o Vale do Sinos, priorizando as cidades de Taquara e São Leopoldo, polos regionais da época. A investigação propõe analisar as imagens das urbes para compreender as representações construídas do espaço urbano e entender as múltiplas realidades da região no momento de produção da imagem fotográfica. O método de análise baseia-se em teóricos que discutem o uso de imagens como fonte histórica; historiadores que abordam a história nacional, estadual e regional; e o cruzamento de diferentes documentos primários além das fotografias. As fontes foram extraídas de diferentes acervos públicos e particulares da região em estudo.

Palavras – Chave: Fotografia, Cidade, Representação, Vale do Sinos.

Photographic representations of cities in the Vale do Sinos in the First Republic**Abstract**

In the late nineteenth and early twentieth century, in the First Republic, occurred an intense modernization of the urban area in Brazil, which affected the major capitals and small towns in order to reach the standard of civilization of the Old World. With emphasis on the analysis of images produced during this period, the research addresses covers the Vale do Sinos prioritizing the cities of São Leopoldo and Taquara, regional centers of the period. The research proposes to analyze the images of urban life to understand the constructed representations of urban space and understand the multiple realities of the region at the moment of the production of the photographic image. The analysis method is based on theorists who discuss the use of images as historical sources; historians that discuss the national, state and regional history, and the crossing of different primary documents and also photographs. The sources were extracted from different public and private collections in the region under study.

Key - Words: Photography, City, Representation, Vale do Sinos.

¹ Mestrando em História – Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Passo Fundo (UPF), Campus I – Bairro São José – KM 171 – BR 285 – Passo Fundo/RS. Bolsista CAPES. E-mail: muller.historia@gmail.com. Orientadora: Dr^a Marlise Regina Meyrer.

Introdução

O objetivo do artigo é identificar e analisar as representações procedentes das imagens fotográficas urbanas de Taquara e São Leopoldo, no Vale do Sinos, no período da Primeira República para compreender as múltiplas realidades do momento da produção fotográfica. O artigo apresenta conclusões preliminares das primeiras coletas de dados realizadas no primeiro semestre de 2013, sendo que a conclusão da pesquisa é prevista para dezembro de 2014.

A Primeira República teve seu início com a Proclamação da República que oficializou a entrada do Brasil no mundo moderno no final do século XIX, onde o sinônimo de modernização e progresso era a cidade, mas não foi com brilhantismo que a urbanidade entrou na história brasileira, já que esse foi um período de tensão e exclusão racial, um misto de desenvolvimento técnico e segregação dos espaços urbanos.

Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2012A), o Brasil mesclava o tradicionalismo imperial com as ideias de modernização vindas do exterior, era um processo sem volta intitulado de progresso. A pesquisadora ressalta que “estava em curso um processo inédito, que implicava acelerada transformação do espaço urbano e sua eleição como novo locus das representações, a despeito dessa modernização não alcançar de modo homogêneo todo o país” (SCHWARCZ, 2012A, p. 22).

Nesse contexto a fotografia emergiu como uma das grandes invenções do século XIX e triunfou no Brasil no período da Primeira República. A cidade foi o principal meio retratado pelos fotógrafos que denunciavam o crescimento urbano, a demolição da cidade velha para dar lugar ao novo, a cidade bucólica tornando-se urbana.

O historiador Boris Kossoy (2001) discute sobre esse momento de ascensão da imagem fotográfica relatando o seguinte:

Com a descoberta da fotografia e, mais tarde, com o desenvolvimento da indústria fotográfica, [...] iniciou-se um novo processo de conhecimento do mundo, porém de um mundo em detalhe, posto que fragmentário em termos visuais e, portanto, contextuais. Era o início de um novo método de aprendizado do real, em função da acessibilidade do homem dos diferentes estratos sociais à informação visual dos hábitos e fatos dos povos distantes. Micro aspectos do mundo passaram a ser cada vez mais conhecidos através de sua representação. O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua *imagem* fotográfica. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado* (KOSSOY, 2001, p. 26-27).

Não foi diferente no Brasil, cidades ganharam as lentes dos fotógrafos no que a historiadora Zita Possamai (2005) chamou *poder de construir uma imagem da cidade pela fotografia*, ao analisar as vistas urbanas de Porto Alegre no período republicano.

Esse fenômeno não foi diferente no Vale do Sinos², os fotógrafos também retrataram o crescimento urbano da região na Primeira República, formando um vasto acervo documental de imagens. A partir desse material iremos analisar as imagens fotográficas das cidades desse espaço, priorizando as urbes de Taquara e São Leopoldo, dois polos regionais importantes da época que centralizavam as atividades urbanas e a escoação da produção agrícola.

Para analisar as imagens fotográficas utilizadas, partimos do pressuposto que esses documentos não são neutros, deste modo o pesquisador não pode ser ingênuo ao observá-los. Conforme discute Jacques Le Goff,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p.536).

Jacques Le Goff (2003) também trata que é preciso analisar o documento desconstruindo-o para entender as condições de produção desse material e reconstruí-lo transferindo-o da memória à ciência histórica. Procuramos compreender as ideologias no momento de formação das imagens, para isso analisamos a política de construção nacional do Império e da República. Mesmo se tratando de uma análise de fotografias urbanas na Primeira República, é necessário entender as raízes da cidade do Vale dos Sinos no período imperial, momento de fomento à ocupação desse espaço através da imigração de alemães que começa em 1824. Antes da constituição dos núcleos urbanos no Império, esse território já era ocupado oficialmente através das sesmarias e não-oficialmente por pessoas sem o título de posse da terra.

Dessa forma, iremos averiguar as imagens fotográficas objetivando compreender as formas de ocupação do espaço do Vale dos Sinos, buscando sempre identificar os indivíduos envolvidos no cotidiano e as intenções das produções das imagens para perceber as representações criadas da urbe. Esse método é importante, uma vez que Pierre Bourdieu

² A região do Vale do Rio dos Sinos está localizada na encosta da Serra Geral do Rio Grande do Sul na porção nordeste, formada por 32 municípios ocupando uma área de 3.800km². (COMITESINOS, 2009)

discute que “é preciso conhecer as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir” (BOURDIEU, 2007, p. 296).

Para conhecer as leis e as estruturas construídas não bastam as imagens, é necessário análise criteriosa das fontes que circundam a construção da fotografia. Boris Kossoy argumenta que “[...] nesse sentido as fotografias que sobrevivem nos interessam de pronto, mas também devem ser localizadas outras fontes que possam transmitir informações acerca dos assuntos que foram objetos de registro em dado momento histórico [...]” (KOSSOY, 2001, p.64).

Porém não basta apenas cruzar as fontes, é necessário ter o cuidado para não cair no imaginário da própria fotografia. Roger Chartier (1991) discute que cometemos velhos erros de interpretação, já que tendemos a compreender os signos visualizados como uma realidade segura que não é.

Para não cair na realidade repetitiva discutida por Roger Chartier, encaramos a urbe como um grande texto que constrói diversas realidades. O historiador José D’assunção Barros (2007) argumenta que a cidade possui uma paisagem que deve ser “lida”, uma estrutura que carrega diversos elementos físicos e mentais, pluralidade de habitantes e visitantes. Assim, a imagem urbana deve ser lida, analisada, identificada e compreendida, somente assim iremos entender os porquês dos recortes fotográficos com suas presenças e ausências.

Para uma melhor compreensão dos dados coletados, dividimos o artigo em duas partes. A primeira consiste na análise das fotografias do fim do século XIX, procurando compreender as representações construídas da cidade e o momento de criação da fotografia num espaço caracterizado ainda pelas paisagens bucólicas. A segunda parte discute o processo de modernização da urbe no início do século XX em plena república, evidenciando a preocupação de definir o espaço citadino, sua modernização e progresso sem volta.

As primeiras imagens às vésperas da República

As duas primeiras fotografias escolhidas são das cidades de São Leopoldo e Taquara nas vésperas da Proclamação da República.

A primeira imagem é São Leopoldo, provavelmente, no final do século XIX, indicando a cidade e o rio, onde atualmente está a Praça do Imigrante. A segunda imagem é Taquara por volta de 1886 apontando a Rua do Comércio, atualmente Rua Júlio de Castilhos.

As primeiras apreciações referem-se ao todo, procurando compreender como era esse espaço no final do século XIX, já que o pesquisador Jacques Aumont (2002) discute que é importantíssimo compreender o todo de uma imagem e não apenas o lugar exato do instantâneo fotográfico, entender a realidade visível e invisível.

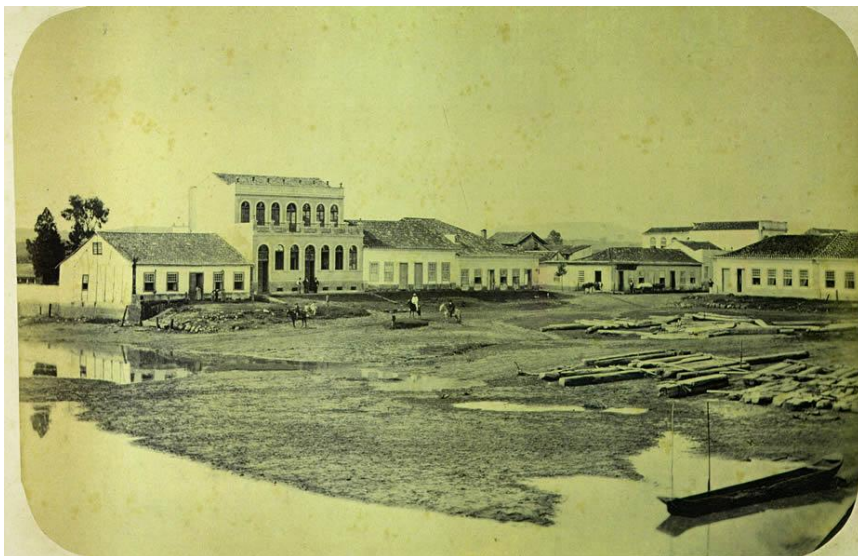


Figura 01 – Vista de São Leopoldo junto ao Rio dos Sinos no final do século XIX. Fotógrafo: desconhecido. Fonte: DELFOS/PUCRS/Acervo Benno Mentz/Porto Alegre-RS.



Figura 02: Taquara por volta de 1886. Fotógrafo: desconhecido. Fonte: Museu Histórico Municipal Adelmo Trott/Taquara-RS.

Deste modo, fora do plano estritamente visível, as duas imagens representam mais que dois povoados, pois caracterizam o plano do Império de povoar as áreas próximas das cidades maiores com intuito de abastecimento. A região no entorno do Rio dos Sinos passou a ser um

atrativo antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes alemães em 1824, pois em conformidade com Dóris Fernandes,

a estabilidade e o crescimento dos núcleos e das atividades urbanas fizeram com que, ao iniciar o século XIX, comerciantes de Porto Alegre buscassem áreas de terras distantes da capital para estabelecer sua fazenda de criação, cultivo e lazer. Assim surgiram as fazendas do Mundo Novo, da Conceição do Funil, da Santa Cruz, dos Fialho, do Padre Tomé, do Rio da Ilha (FERNANDES, 2008, p. 28).

As imagens expressam, simbolicamente, a concretização do projeto imperial da colonização bem sucedida de ocupar áreas próximas a Porto Alegre, produzir alimentos de primeira necessidade e melhorar a agricultura, entrando, o historiador José Augusto Pádua aponta que,

em primeiro lugar a colonização deveria substituir o escravo, mas deveria se evitar a colonização em florestas distantes das cidades [...]. A verdadeira colonização, bem como a reforma da agricultura brasileira, tinha que se concentrar inicialmente na recuperação das ‘terras cansadas’ perto dos mercados. Também seria necessário a diversificação das culturas – combinando-se o café, o algodão com a mandioca, o arroz, o feijão e o milho, base do consumo popular (PÁDUA, 2005, 248-249).

Dentro dessa perspectiva as duas fotografias caracterizam também o aspecto funcional centralizador das áreas urbanas, pois toda a rede de produção rural estava interligada com essas duas áreas, principalmente se verificado os municípios existentes na região do Vale do Sinos atualmente, todos emancipados de São Leopoldo ou Taquara. Para isso acordamos com Barros (2007) ao discutir que “[...] a cidade exerce algo como uma função regional que engloba todas as outras como seus aspectos desdobrados” (BARROS, 2007, p. 103), ou seja, querendo ou não, as duas fotografias construíram o imaginário de afirmação desses centros regionais, já que provavelmente estão entre as imagens mais antigas dessas urbes.

Essas imagens representam a totalidade de um meio que está além de sua representação fotográfica, uma que Barros (2007) diz que “[...] não se pode conceber uma cidade desprovida de uma certa extensão de terras que a façam viver e que, em troca, ela reabastece e anima [...]” (BARROS, 2007, p.103). Assim, essas fotografias representam a extensão territorial que vai além da área fotografada, com colonos produzindo bens primários para depois venderem suas produções nessas áreas centrais despachando pelo rio e trem.

Outro aspecto que deve ser pontuado nas duas imagens é o fator de representação institucional e demográfico.

Institucionalmente podemos dizer que a imagem 01 (São Leopoldo) fortalece o poder da Câmara Municipal que está ao fundo, no prédio de dois andares. Também é uma forma simbólica de retratar o espaço de comércio, que era o Passo, mas acima de tudo a presença do poder político na região. Jacques Aumont (2002) lembra que essa situação é típica dos governos ocidentais no caminhar para a laicização, onde não é mais dado ênfase apenas a símbolos religiosos, mas a valores como a democracia, progresso, liberdade, etc.

Na imagem 02, institucionalmente são representadas as duas igrejas (católica e evangélica), uma aspecto curioso no Império, pois conforme Martin Dreher

o católico seguia a religião oficial; o protestante era apenas tolerado, pois o artigo 5º da Constituição estabelecia: a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo (DREHER, 2004, p. 58).

As fotografias expressam o desejo de pontuar as áreas urbanas sempre prosperando, principalmente demograficamente e no que diz respeito ao comércio. A imagem também é sempre representada no modo paisagem e no ponto nevrálgico da cidade (praça, principal rua, centro administrativo, etc). Essas imagens caracterizam o que Barros (2007) chama de “lugar de trocas”, visto que “nesta perspectiva, a cidade é encarada como sistema de trocas interacionais necessárias ao homem para se manter em comunicação com os outros” (BARROS, 2007, p.93), aspecto que as duas imagens representam ao visualizar duas “ilhas” urbanas no interior que serviam de entreposto comercial e cultural.

Outra característica importante que as fotografias urbanas ocultam é a existência do negro, já que a ideia era justamente escondê-lo. De acordo com o historiador Marcos Justo Tramontini (2000), os primeiros estudos da história da imigração alemã não apresentavam a possibilidade do negro estar presente entre os colonos, uma vez que, segundo o autor, existiam dois problemas: o primeiro era a ênfase dada ao trabalho livre como substituto do trabalho escravo; segundo, os primeiros escritos da história dos imigrantes foram realizados pelos seus descendentes, que acabaram trabalhando sob o viés de repúdio dos germânicos pelo trabalho escravo. Porém, os dados do censo de 1858, mostram que São Leopoldo possuía uma população de 4.199, desses 475 eram escravos e 51 libertos e, na localidade de Pinhal de Santa Christina (depois distrito de Taquara) viviam 1.671 habitantes, desses 187 eram escravos e 7 libertos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1991).´

Macos Tramontini (2000) lembra que a imigração alemã no sul não teve como primeiro propósito a substituição de trabalho escravo por livre, e sim a necessidade de ocupar espaços de fronteiras abertas que estavam em disputa, como também criar um espaço que produzisse os alimentos para abastecer Porto Alegre e as tropas militares. Tramontini(2000) informa que os levantamentos populacionais realizados entre 1845 e 1850 demonstram números significativos de escravos nas comunidades da zona rural habitadas por imigrantes alemães, o que evidencia que possivelmente o escravo estava inserido na economia alemã.

Com o advento da república e o início do século XX, a cidade do Vale do Sinos seguiu a premissa de progresso onde a fotografia foi utilizada como elemento afirmador da modernidade, como veremos a seguir.

Rumo ao progresso

As próximas imagens, como todas as fotografias veiculadas de cidades, oficialmente, no mundo, e no Brasil da Primeira República, possuíam a ideologia de sempre caracterizar o progresso ordeiro, nunca o retrocesso. Dessa forma, a todo o momento as cidades são representadas numa evolução técnica constante, e a fotografia vai retratar isso. Essa é uma realidade discutida por Zita Possamai, ao argumentar que

As vistas urbanas, assim, foram responsáveis pela difusão de novos padrões visuais urbanos de acordo com o ideário da burguesia. Não apenas divulgaram as transformações pelas quais passavam as cidades brasileiras, como foram responsáveis pela construção de um imaginário visual urbano ligado à modernidade (POSSAMAI, 2005, p.94).

A modernidade é expressa nas imagens posteriores, elas retratam o mesmo espaço e o mesmo ângulo das fotografias anteriores. A imagem 03 (São Leopoldo) e a imagem 04 (Taquara), ambas na década de 1920, identificam o plano de embelezamento dos espaços posto em prática, principalmente quanto ao regramento desses lugares.

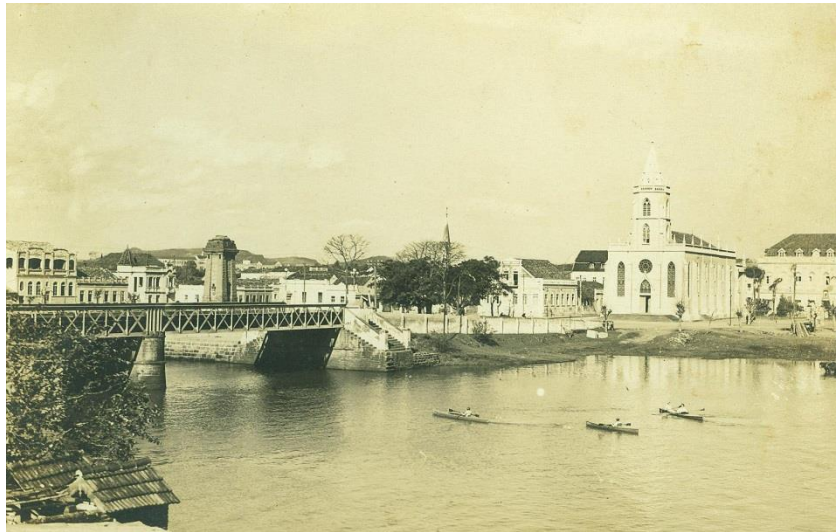
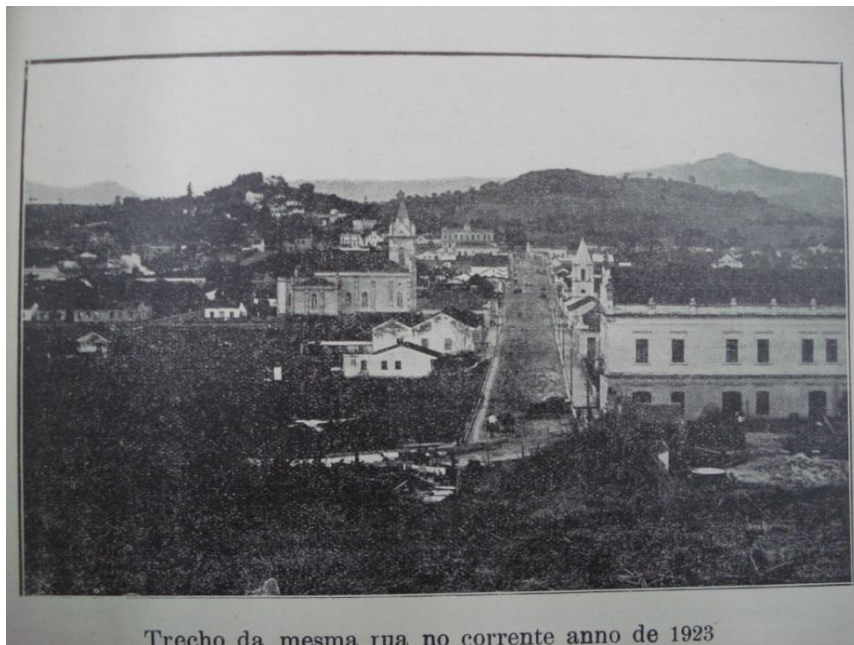


Figura 03: São Leopoldo na década de 1920. Fotógrafo: desconhecido. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/São Leopoldo-RS.



Trecho da mesma rua no corrente anno de 1923
Figura 04: Taquara em 1923. Fotógrafo: desconhecido. Fonte: Relatório do Intendente Cel. Diniz Martins Rangel disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/São Leopoldo-RS.

A primeira evidência que constatamos é a alteração do espaço no sentido de apagar as heranças imperiais, tidas como atrasadas. Essa prática foi comum com o advento da República, e a historiadora Lilia Moritz Schwarz discute que

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-a da ‘letargia da monarquia’ ou da ‘barbárie da escravidão’. Uma verdadeira batalha simbólica foi travada, quando nomes, símbolos, hinos, bandeiras, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos (SCHWARZ 2012B, p.46).

A cidade devia adequar-se ao projeto urbano controlado pelo Código de Posturas que estipulava, por exemplo, o alinhamento das residências, a construção de calçadas, as formas de plantar as árvores e a construção de muros nos terrenos baldios. Dentre todas as novas obrigações, uma situação lembrada pelo pesquisador Gunter Weimer (2004) ao mencionar que a alteração “a mais visível era a exigência da substituição dos largos beirados característicos do período colonial, por platibandas sob alegação de que a solução antiga derramava água sobre os transeuntes [...]” (WEIMER, 2004, p. 136).

No Código de Posturas de Taquara em 1892, são expressos aspectos que obrigavam, sob pena de multa, o muramento de terreno baldio, passando pela tentativa de proibir as lavadeiras em público nos cursos d’água centrais e demais formas de comportamento no passeio público, como a própria questão de como conduzir os animais. Isso não soa diferente das grandes urbes, como por exemplo, São Paulo, que estipulou “[...] aprovação de uma série de regulamentações oficiais as chamadas ‘posturas’, que previam multas e impostos para atividades que, até então, caracterizavam o dia a dia da cidade [...]” (SCHWARZ, 2012B, p. 47).

Também ocorre a troca dos nomes dos logradouros públicos que possuíam denominações imperiais. As nomeações passam a incluir todos aqueles que lutaram contra o Império, além de datas e espaços importantes para os republicanos.

Em São Leopoldo, a Rua do Passo foi renomeada em Rua Independência e o antigo Passo transformou-se em Praça do Imigrante. Em Taquara, a Rua do Comércio tornou-se Rua Júlio de Castilhos e no espaço vazio em frente a intendência surgiu a praça Marechal Deodoro da Fonseca. No lugar do antigo Passo também erigiu-se o Monumento do Imigrante, inaugurado em 1914 no centenário da chegada dos imigrantes alemães em São Leopoldo. Essa premissa segue os ideais das grandes áreas urbanas, como Porto Alegre, que conforme Charles Monteiro (2007),

as antigas denominações das ruas, dos becos e das praças, que estavam ligados ao passado às práticas cotidianas, aos primeiros habitantes destes espaços ou a personalidades e acontecimentos significativos do período imperial, foram sendo substituídos por nomes políticos ligados à causa republicana e ao PRR (MONTEIRO, 2007, p. 235).

As igrejas e o poder político também são destacados. Em São Leopoldo (imagem 03) a Igreja Católica surge em primeiro plano e a Câmara de Vereadores no canto esquerdo. Em

Taquara (imagem 03) as igrejas Católica e Luterana já aparecem concluídas no início da rua e, no centro ao fundo, o prédio da Intendência.

Os poderes político e religioso, mesmo estando separados pela Constituição de 1891, que laicizou o Brasil com a Proclamação da República, demonstravam uma situação de aliança simbólica, visto que a Igreja auxiliava na ordem pública através da moral e ética religiosa. Conforme Pierre Bourdieu, “a Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o esforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 2007, p.70).

A igreja também é representada nas imagens como “instituição amiga” do poder constituído, pois primeiro ela promove

[...] a inculcação do respeito pelas formas, constitui um dos meios mais eficazes de obter o reconhecimento/desconhecimento das proibições e das normas que garantem a ordem social. [Segundo] por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política (BOURDIEU, 2007, p.70).

Outra característica das produções imagéticas é a representação da ideia de progresso sem volta, visto que tratam do mesmo lugar, dos mesmos espaços públicos e ângulos fotográficos das duas primeiras imagens. Em São Leopoldo o fotógrafo teve o cuidado de caracterizar a ponte (de nome 25 de Julho, dia da chegada dos primeiros imigrantes em São Leopoldo) para reforçar simbolicamente o progresso no lugar da antiga balsa, como também o Monumento do Imigrante que foi construído sobre a antiga travessia do rio. Em Taquara³, as imagens 02 e 04, foram expostas lado a lado no relatório do Intendente Coronel Diniz Martins Rangel dando juízo de valor do antes e depois, com a clara intenção de identificar a evolução e o desprendimento do mundo vivido no Império considerado atrasado. A ideologia de ambos os retratos é denominado por Gerson Luis Trombetta de Tempo Flecha, que

[...] para a sociedade moderna, é condição para o progresso, não para o fim definitivo, como pressupunha a mentalidade arcaica. Essa mudança de ponto de vista deve-se, sobretudo, à confiança de que os avanços, tanto econômicos quanto cognitivos, levam o homem a territórios qualitativamente superiores (TROMBETTA, 1999, p.222).

³ Para maiores informações sobre o período republicano em Taquara, consultar o trabalho de conclusão (Paisagens Urbanas e suas Representações Fotográficas: Cidade de Taquara) de Alex Juarez Müller (2010).

A sociedade queria avançar em direção ao progresso, porém esse é um período de ambiguidades, de um lado as fotografias apontam uma cidade se modernizando, mas de outro não caracteriza um lugar de população predominantemente rural. Para se ter ideia, em 1920, São Leopoldo tinha 44.000 habitantes, 37.000 vivendo na zona rural e apenas 7.000 na sede. Taquara configurava uma população de 32.500 habitantes com 28.000 morando na área rural e apenas 4.000 na zona urbana (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1991). Isso aponta o motivo das cidades sempre serem representadas nos mesmos lugares repetitivamente, pois quase não existiam espaços urbanos, já que “das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura [...]” (SCHWARCZ, 2012B, p.43).

O espaço urbano também era do lazer, como podemos identificar na imagem 04, o rio não era mais sinônimo de transporte. O rio agora era lugar de passeios de barco ou de esportes náuticos. As ruas não apresentavam caráter apenas comercial, necessitavam ter seus lugares de sociabilidade para a nova burguesia, para isso surgem os cinemas, os cafés, os clubes, as sociedades, era o fenômeno República que tinha atingido o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e as cidades do Vale dos Sinos. A historiadora Lilia Schwarz discute que

As cidades passariam por amplos processos de ‘embelezamento’ visando a alcançar as novas funções para as quais se preparavam. Era preciso cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para aos subúrbios da cidade, atentar para o transporte coletivo, construir instituições representativas e lidar com as novas sociabilidades urbanas (SCHWARZ, 2012B, p.44).

Essa situação também ocorreu no Vale dos Sinos, já que os prédios públicos municipais foram construídos nesse momento, dando ênfase para as prefeituras; surgimento das instituições bancárias; afastamento dos pobres do centro urbano tornando esse espaço em área elitizada constituída, imaginariamente, de códigos de representação tipicamente burgueses e no transporte configurava-se a chegada da ferrovia substituindo gradativamente o uso do rio.

A (re)construção desses novos/velhos espaços também identificam o que Pierre Boudieu (2007) denomina de “campo de produção erudita”, já que havia a necessidade de constituir ambientes que se diferenciavam do grande público. Por mais que os espaços representados nessas fotografias estivessem distantes da erudição do Rio de Janeiro ou da

Europa, que eram considerados o padrão de civilização, São Leopoldo e Taquara, para a realidade do Vale do Sinos, demonstravam-se altamente sofisticadas, uma vez que nas duas cidades desenvolveram sociedades e clubes baseados nos costumes teutos que excluíam o luso-brasileiro ou afro-brasileiro.

O analfabetismo também é uma característica ausente nas fotografias, entretanto saber ler era ponto importante na participação da democracia republicana em uma época onde se submetia o voto a ser alfabetizado. O censo de 1920 aponta que São Leopoldo tinha uma população de 18.080 habitantes analfabetos num total de 44.000, já Taquara tinha 22.563 analfabetos numa população total de 32.500 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1991).

O voto era apenas uma consolidação simbólica do coronelismo⁴, uma vez que as duas cidades foram governadas por mais de uma década pelas mesmas pessoas no período das fotografias. Taquara era governada pela mão do Intendente Coronel Diniz Martins Rangel (1900-1920) e São Leopoldo pelo Intendente Guilherme Gaelzer Neto (1902-1916). O poder de ambos representa, politicamente, a força do regime autoritário que a República se transformará e também, num dos motivos do desenvolvimento econômico que a região teve no início do século XX, uma vez que os “caciques” locais que compactuassem com a política estadual e nacional ganhavam prioridade nas verbas.

Conforme a historiadora Hebe Mattos,

No município estavam as disputas de interesses, os faccionalismos, a política como disputa por recursos de poder local, ao fim e ao cabo. A centralização do Poder Executivo municipal pela Constituição republicana, com a criação das prefeituras em substituição à tradição portuguesa de governo das câmaras de vereadores, exacerbava as tensões políticas entre as elites locais (MATTOS, 2012, p.106).

Outro aspecto importante desse momento nas duas cidades é a preocupação com a limpeza dos espaços. Surge a implantação do serviço de recolhimento de esgoto (Asseio Público), a canalização de água, o combate às doenças, o controle do abatimento do gado, etc. Fabiano Rückert e Marluza Harres (2011) apontam que em 1897 o governo municipal de São Leopoldo normatizou o uso da água através do Código de Posturas, fiscalizando os mananciais, proibindo o estrago de tais recursos, procurando criar um padrão de uso da água.

⁴ Conforme Hebe Matos, o coronelismo era uma “[...] forma política de mandonismo local num contexto de relativo enfraquecimento do poder privado dos potentados locais, diretamente ligado à abolição da escravidão, supostamente controlado pelos potentados locais por empregos e verbas públicas no município [...]” (MATTOS, 2012, p103).

Também surge a necessidade de consumir eletricidade para adentrar no mundo moderno, para isso Taquara e São Leopoldo construíram em sociedade a Usina da Toca. O historiador Martin Dreher (2011) discute que o município de São Leopoldo, na década de 1920 e 1930, era o maior produtor de energia elétrica do Rio Grande do Sul, o que atraía diversas indústrias de Porto Alegre.

Em linhas gerais, essas fotografias representam áreas urbanas separadas, espaços onde “a segregação também se escreve por símbolos” (BARROS, 2007, p.75). As fotografias concretizam visualmente o que na prática deu início a separação do público e privado, fisicamente e mentalmente. Barros (2007) também lembra que esse momento confina a família na sua casa e instaura o declínio da rua como espaço de troca, originando dois polos de grande oposição: a Rua e a casa.

Considerações finais

Esses apontamentos ainda demonstram resultados preliminares, contudo podemos fazer algumas considerações que seguem.

As primeiras imagens das cidades do Vale dos Sinos caracterizam uma região ruralizada, bucólica, em contato com o seu meio natural, não existindo a separação clara do urbano e rural, por mais que as fotografias tentassem representar isso.

As figuras 03 e 04 apontam cidades que se transformaram em poucas décadas, mudando completamente seu padrão visual seguindo as premissas da modernização e também definindo os espaços urbano e rural, público e privado. Nessa trajetória os Códigos de Posturas foram aliados dessa domesticação. Também vale lembrar a força para transformar o extinto Império em sinônimo de atraso ao construir a “cidade nova” sobre a “cidade velha”, tanto no aspecto físico como no simbólico.

As primeiras fotografias que apresentavam a ruralidade deram lugar a novas imagens que evidenciam apenas o lado urbano, mesmo que esses espaços, na prática, configurassem uma população predominantemente rural.

As fotografias caracterizam uma sociedade do interior do Brasil procurando representar a modernidade, mesmo que não estivessem presentes nas grandes cidades as classes dominantes queriam se sentir parte integrante do plano nacional, para isso constroem monumentos que exaltam a nacionalidade e a regionalidade, organizam o passeio público para

privilegiar o lazer, fundam clubes seletivos, atraem bancos, inauguram cinemas e cafés, constroem praças bem delineadas, etc.

Essa realidade não passava de no máximo duas ou três ruas que sequer tinham calçamento, provavelmente por isso os primeiros retratos dão ênfase ao mesmo espaço público, mudando apenas o ângulo da foto.

A segregação dos espaços também era característica do Vale do Sinos, visto que existia um número significativo de escravos nas vésperas da abolição que não são incluídos no projeto oficial de modernização da República. Dificilmente os negros são retratados nas fotografias urbanas e muito menos lembrados pela historiografia tradicional, que simbolicamente construiu o ideal do Imigrante desbravador alicerçado nas ideias racistas da República e instituições eruditas de separação.

Deste modo, as fotografias caracterizam, num primeiro momento, a cidade em crescimento com ideia de retratar um posto avançado do Estado em meio à zona rural e, principalmente, o sucesso da colonização. Num segundo momento está representada a cidade urbanizada, no entanto é uma situação que não condiz com a realidade de uma região que sobrevivia da produção agrícola, elemento que produzia as trocas culturais, sociais, políticas e comerciais.

Referências bibliográficas

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 7ª ed. Tradução: Estela dos Santos Abreu e Claudio Santoro. Campinas: Papirus, 1993.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo com representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11, nov. 1991.

COMITESINOS. **Caracterização da Bacia**. Disponível em:

http://www.comitesinos.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=27 Acesso em 13/03/2013.

DREHER, Martin. O desenvolvimento econômico do Vale do Sinos. IN: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. **Pelos caminhos da Rua Grande**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

DREHER, Martin. Os Imigrantes alemães e a religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (org.). **Cultura Alemã: 180 anos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

DREHER, Martin. O desenvolvimento econômico do Vale do Sinos. IN: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. **Pelos caminhos da Rua Grande**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. In: BARROSO, Vera & SOBRINHO, Paulo. **Raízes de Taquara**. São Leopoldo: EST, 2008A. Vol. 1.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre, 1981.

HARRES, Marluza Marques & RÜCKERT, Fabiano Quadros. Controle e conquista das águas, rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2001.

JOY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. 11ª ed. Campinas: Papirus, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012B.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889 - 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 3 t.2.

MULLER, Alex Juarez. **Paisagens Urbanas e suas Representações Fotográficas: Cidade de Taquara (1882-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso – FACCAT, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786 - 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. Tese de doutoramento – UFRGS, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: As Marcas do Período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012A.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **A abertura para o Mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012B.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Agosto de 2000. Disponível em: <http://www.fee.com.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a3.pdf> acessado em 20/08/2013.

TROMBETTA, Gerson Luís. O círculo e a flecha: representações do tempo no desenvolvimento da música. **História: Debates e Tendências** – v. 8, n. 1, jan./jul. 2008, p. 215-225, publ. no 1º sem. 2009.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Fontes primárias:

CÓDIGO DE POSTURAS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MUNDO NOVO. Votado em 3ª e última discussão a 19 de setembro de 1892. Promulgado publicado a 20 de dezembro de 1892. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

Relatório apresentado pelo intendente Cel Diniz Martins Rangel ao Conselho Municipal da Taquara em 20 de setembro de 1922. Correspondente ao exercício de 1921. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

Instituições consultadas:

Museu Histórico Municipal Adelmo Trott/Taquara-RS.

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/São Leopoldo-RS.

Acervo Benno Mentz/DELFOS/PUCRS/Porto Alegre-RS.